

VIVÊNCIAS DA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO EM ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS - MST/ES

FRANÇA, Dalva Mendes de. – UFES

Agência Financiadora: ANPEd/IPEA

Resumo

Este trabalho é resultado de estudos desenvolvidos em nível de mestrado, procuro analisar práticas educativas desenvolvidas em 12 (doze) escolas de Assentamentos do MST no Norte do ES, na perspectiva de compreender o papel do Movimento na construção do seu Projeto de Educação e a função da escola no fortalecimento do MST; bem como, identificar as possíveis contradições de suas práticas educativas em relação a esse Projeto educativo. Os resultados evidenciam a consolidação de práticas educativas com fundamento nos princípios da educação do MST que corroboram com processos de formação dos sujeitos Sem Terra, compreendendo o MST como sujeito educativo, pressuposto que vem orientando a Pedagogia do Movimento. Porém, algumas experiências ainda reproduzem práticas educativas inerentes do sistema capitalista, contrárias ao Projeto de Educação/Sociedade do MST, que tem como horizonte, o socialismo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Pedagogia do MST/Escola; Transformação Social.

VIVÊNCIAS DA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO EM ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS - MST/ES

Este trabalho é fruto de estudos desenvolvidos em nível de mestrado, que buscou analisar as práticas educativas desenvolvidas em escolas de Assentamentos do Norte do estado, coordenadas pelo MST/ES, na perspectiva de compreender o papel do Movimento na construção do seu Projeto de Educação e a função da escola no fortalecimento do MST. O estudo surgiu da necessidade do Setor de Educação de avaliar as práticas desenvolvidas nas escolas do MST, o que tomamos como tarefa de investigação com a seguinte questão de pesquisa: *de que maneira a Pedagogia do Movimento vem construindo práticas educativas ao longo do processo e como essas práticas expressam a Pedagogia do MST em escolas de Assentamentos no ES, compreendendo-a como Pedagogia em movimento?* A opção

metodológica desse estudo, de caráter qualitativo, tomou como base teórico metodológica o Materialismo Histórico-Dialético, compreendendo que a pesquisa tem origem na realidade empírica. Sendo assim, a construção do conhecimento tem origem na prática social e a ela se destina, tendo em vista a intervenção nesta prática. Para o desenvolvimento deste trabalho, contamos com a participação de diferentes sujeitos: educandos/educandas, educadores/educadoras, militantes do Setor de Educação, dirigentes Estaduais e Regionais de outros setores organizativos do Movimento, membros de Associações, Conselhos de Escolas, coordenadores/coordenadoras de Assentamentos. Na tentativa de continuar tecendo os fios que compõem este texto, as considerações finais refletem sobre as contradições, os limites e os desafios resultantes das análises efetivadas.

1 MST e a escola: ressignificando o sentido da pesquisa para os trabalhadores/trabalhadoras

O MST¹ concebe a pesquisa como um de seus princípios e compreende que a ciência permite indagar e contribuir com a construção/transformação da realidade. Pizetta (1999, p. 220) esclarece que “a realidade é algo construída, não é simplesmente aquilo que nos rodeia, aquilo que se vê e se vive. É algo pensado, resultado de uma abstração engajada, não sendo apenas aparência, mas a unidade entre essência e fenômeno”. Assim, a realidade é tomada neste trabalho como ponto de partida para análise, permitido que, a partir dela, os processos históricos e a produção de ideias e conhecimentos – uma totalidade complexa capaz de ser entendida objetivamente pelo ser humano – seja compreendida. Para Dalmagro (2010, p. 35):

Totalidade e contradição são categorias fundamentais constitutivas do real, assim, o método materialismo histórico e dialético é o que melhor permite captá-lo em suas estruturas complexas e em seu movimento. A realidade é uma totalidade coerente em que parte e todo determinam-se reciprocamente, cujas relações e contradições compõem a essência do método dialético. A dialética estuda as leis do movimento, daí sua capacidade de perceber o real em sua dinâmica histórica.

¹ Quando utilizamos as nomenclaturas Movimento, organização, Sem Terra, estamos nos referindo ao MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O MST é um movimento social do campo, fruto da história de luta do povo brasileiro e tem como objetivos lutar por terra, reforma agrária e transformação social. Em 1984, durante a 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel, no Paraná, o movimento foi fundado oficialmente. No ano seguinte, já organizado em nível nacional, realizou o I Congresso Nacional dos Sem Terra em Curitiba-PR. A partir daí, reafirmou sua autonomia política, definiu seus símbolos, bandeira e hino.

Ao exercitarmos o trabalho de pesquisa, é importante termos clareza que ele exige conhecimento da realidade, teoria e método. Marx (1996, p.16) nos alerta para a seriedade e profundidade com que precisamos tratar o método de pesquisa, explicitando que “[...] o método de investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas”.

Nesse sentido, o método/teoria do conhecimento que vem dando sustentação às demandas de pesquisa da classe trabalhadora e/ou do MST é o materialismo Histórico-Dialético, concebido por Freitas (2007b, p. 55) como “uma concepção de mundo. É sobre como eu encaro o mundo” historicamente construído em suas contradições. Fundamentalmente, Marx e Engels (1963, p. 195) descrevem a ideia “[...] de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos”. Ao abraçar esta lógica, o MST remete à necessidade de estabelecer relações da ciência com a luta de classe, na adoção da historicidade, da contradição e do princípio de totalidade (SILVEIRA, 2007).

1.1 Contexto da pesquisa: espaços/tempos de vivências no âmbito da educação no/do MST

Vou regar a terra
Plantar uma nova leitura,
Desse povo que sonha e faz,
Uma nova cultura,
Vou ficar no campo
Esse é meu lugar,
Lutar pela vida,
Dignidade conquistar.
(Zé Cláudio)

Essa experiência viva no/do MST entoada por Zé Cláudio expressa a dinâmica do Movimento no processo de reconstrução de sua própria história. Ao cultivar a terra, exercitar a pesquisa, do ponto vista dos trabalhadores/trabalhadoras e desbravar a luta para viver no/do campo com alegria e dignidade, o Movimento procura desvelar suas vivências construídas ao longo de sua caminhada socioeducativa.

Abbagnano (2012, p. 397) conceitua vivência da seguinte maneira: “*Erlebnis*, termo alemão que pode ser traduzido por ‘experiência viva’ ou ‘experiência vivida’ ‘vivência’. Designa toda

atitude ou expressão da consciência”. Ele afirma ainda que “Dilthey utilizou bastante essa noção assumindo-a como instrumento fundamental da compreensão histórica e, em geral, da compreensão inter-humana.” O princípio filosófico do MST – *educação como um processo permanente de formação e transformação humana* – traduz a possibilidade de dialogar com o Movimento a concepção filosófica de vivência abordada por Abbagnano (2012), pois para o MST “[...] a existência social de cada pessoa é o fundamento (base sobre a qual se funda), de sua educação. O que educa/transforma a pessoa não é apenas o discurso, a palavra, a teoria por melhor que seja. É sim, a vivência concreta do novo” (MST, 2005a, p.165).

O Movimento Sem Terra tem discutido a necessidade de mergulhar na ciência, no cotidiano vivido, nas experiências educativas, bem como no diálogo com os sujeitos da pesquisa com a finalidade de ressignificar concepções pré-estabelecidas, a refletirem sobre o papel da escola no fortalecimento do Movimento, e o sentido do “MST, enquanto movimento de luta social e enquanto formação política dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra.

2 A educação em contextos de lutas: reflexões e dilemas

É notável que o Brasil é um país dividido em classes sociais e tem uma das sociedades mais desiguais do mundo. Além do massacre dos povos indígenas, Frigotto (2004, p. 65)² ressalta que “[...] a escravidão durou 400 anos. Dos 100 anos de república, a metade é de tempo de ditadura ou de golpes efetivos por suas elites com o objetivo de manter o latifúndio, a concentração de renda e seus privilégios”. À classe trabalhadora, o direito à educação que atendesse as reais necessidades desse povo sofrido sempre foi negado. Porém, quando esses sujeitos têm a oportunidade de estudar, frequentam escolas que visam ao adestramento e a conformação dos trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva de manter o domínio do “saber” e do poder dos detentores do capital. A contestação desta lógica é assumida por Mészáros (2005, p. 25), quando salienta que:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

Como evidência dessa lógica que reproduz e acentua a desigualdade social, Pochmann (2004) ressalta em seus estudos marcas desse fenômeno ao demonstrar a elevação do desemprego e a

² FRIGOTTO, Gaudêncio, professor da Universidade Federal Fluminense (RJ) em entrevista concedida ao MST Boletim de Educação nº 9, em agosto de 2004.

queda de renda no país. Mesmo no século XXI, o sistema capitalista vem reforçando a desigualdade social no Brasil e gerando outras formas de desigualdade.

2.1 Questão agrária em território capixaba

Esse contexto de desigualdade e exclusão no campo brasileiro se amplia cada vez mais em função da concentração de terra existente no país, tendo em vista que a agricultura se desenvolveu bastante, tornando uma atividade que visa lucro e uma crescente escala de produção e produtividade agrícola.

De acordo com Stédile, pensadores marxistas e críticos, analisam que “a forma como a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza ocasionam ainda graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental” (2012, p. 643), tais como: a) do ponto de vista econômico, permanece o elevado índice da concentração da propriedade da terra, na distorção do uso do patrimônio agrícola do país, no controle e na dependência econômica externa à que a agricultura brasileira está submetida – o agronegócio, e na subordinação do capital financeiro; b) no âmbito social, esse problema fica evidente na extrema desigualdade social; c) na esfera ambiental, a biodiversidade vem sendo destruída pela exploração capitalista que degrada o solo, contamina rios, lençóis freáticos; agride o meio ambiente com o uso intensivo da mecanização e dos venenos agrícolas, provocando, com isso, a expulsão da mão de obra e dos povos do campo. Além disso, contamina os alimentos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população pelo uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas; a destruição da vida em nome do lucro.

Assim como essa realidade se instaura no Brasil, ela também se configura no estado do Espírito Santo. No campo capixaba também há muitas contradições em função da lógica capitalista de acumulação, de depredação dos bens materiais e dos sujeitos que vivem no/do campo; a implantação de “grandes” projetos pautados no modelo de produção capitalista, mas de resistência, de muita luta e recriação dos camponeses/camponesas. É “[...], portanto, nessa contraditória e relevante história do campesinato capixaba, num território tão propício para a produção agrícola, mas também, propício para a vida e existência do latifúndio, historicamente combatido” (CASALI e PIZETTA, 2005, p. 31); do agronegócio que, além de controlar o processo produtivo, qualifica e assegura o aumento da acumulação de capital. É nesse cenário que procuramos entender o campo capixaba.

Essas mazelas provocaram a expulsão dos povos do campo e de suas raízes culturais. A agricultura diversificada para o autoconsumo foi substituída pela modernização da agricultura, pautada na pecuária extensiva, na monocultura e extensa escala de produção de eucalipto e cana de açúcar – o agronegócio. “Essa modernização levou ao aumento da concentração urbana e industrial, ao aumento das monoculturas, à expulsão de famílias do campo e a concentração fundiária” (SCARIM, 2009, p. 104). E é com esse campo minado de contradições que o ES se depara

[...] no processo de sua institucionalização, o pensamento e a prática do desenvolvimento no ES carregavam uma série de paradoxos centrados principalmente nas seguintes tentativas: de imposição da industrialização sobre uma base territorial rural; de imposição do latifúndio sobre uma base de pequena agricultura familiar e comunitária; de imposição da monocultura sobre uma diversidade de práticas e cultivos fundados na manutenção integral da família e da comunidade; de imposição de uma racionalidade única e instrumental sobre uma base de enorme diversidade étnica, social e ecológica de saberes agrários ainda presentes no território capixaba devido às resistências, insurgências e domesticações, formando territorialidades e laços múltiplos (SCARIM, 2009, p. 116).

A partir do Censo Agropecuário de 2006, é perceptível que no estado do ES a terra continua concentrada. Os dados evidenciam que os 79.302 pequenos estabelecimentos agropecuários representam 93,99%, ou seja, são majoritários (com menos de 100 hectares), porém ocupam apenas 46,73% da área de terra no ES, enquanto que os médios (de 100 a menos de 1000 hectares) representam 5,19% do número e são responsáveis por 35,33% da área e os grandes estabelecimentos com 0,8% (com mais de 1000 hectares) concentram 17,95% da área do campo capixaba. Vale ressaltar que a soma dos médios e grandes estabelecimentos representam 5,8% do número, no entanto corresponde a 53% da área total.

Assim sendo, partimos da compreensão do Campo como território de disputa e expansão do agronegócio, onde as pequenas propriedades estão sendo pressionados pela concentração fundiária, seja na destruição de sua cultura, na falta de condições básicas de sobrevivência, na precariedade da educação, o que resulta na expulsão das famílias de suas raízes e, conseqüentemente, no fechamento das escolas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)³, existem aproximadamente 14,1 milhões de pessoas analfabetas, o que representa uma dívida histórica e social para com esta população. Outra questão relevante se mostra quando analisamos como a Educação do Campo tem sido deixada à margem das políticas educacionais. Dados do IBGE (2010) revelam que as maiores taxas de analfabetismo estão no campo. Enquanto a taxa nas regiões urbanas é de 7,3%, no campo ela chega a 23,2%. É importante reforçar que a taxa de analfabetismo no campo equivale, em média, três vezes o número de pessoas que não têm direito à escolarização na cidade.

Nesse sentido, pensar um campo sem perspectivas, com sujeitos impedidos de sonhar, possivelmente compromete a luta pela concretização de escolas neste espaço, bem como a efetivação de um projeto popular (construído com os camponeses) para o seu desenvolvimento. Para Caldart (2004, p. 36) “[...] a escola pode ser um espaço efetivo de fazer a Educação do Campo, e pode ter um papel importante na disputa de hegemonia do projeto de campo, de sociedade e de formação humana”.

No ES, essa batalha se soma a outros movimentos sociais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), bem como os Movimentos Indígenas e Quilombola. Nesse processo de luta, percebemos a existência de algumas conquistas, como a consolidação de Assentamentos de Reforma Agrária, o reconhecimento das terras indígenas e dos territórios dos quilombos. No entanto, elas ainda são insuficientes para superar a concentração de terra, de renda e de riqueza, embora expressem a coragem e persistência dos camponeses/camponesas frente ao projeto do grande capital.

Sendo assim, a luta pela terra no ES continua sendo a esperança de romper a cerca da injustiça e da exclusão. A batalha pela Reforma Agrária significa mais que o retorno do campesinato às suas raízes. Representa a coragem e rebeldia desses trabalhadores/trabalhadoras na luta pela produção de alimentos, organização, resistência, criação e recriação da cultura e da vida.

3 A educação no/do MST/ES: desafios e possibilidades

“[...] para o MST investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra. Um gesto, aliás, que se encontra no processo de reconstrução e luta da pedagogia do Movimento. Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida” (PEDRO TIERRA *apud* ARAUJO, 2010, p.143).

³ Os dados expressos nas página acima são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2010) . Disponível em <<http://vidaeducacao.com.br/?p=1201>>

Antes de serem assentados, os trabalhadores/trabalhadoras já debatiam pontos importantes em relação à organização da comunidade, entre eles, a educação. Os camponeses/camponesas se interrogavam ao mesmo tempo em que alimentavam sonhos sobre a escola e afirmavam suas perspectivas: “[...] quando chegar na terra nós queremos uma escola diferente, uma escola voltada para realidade dos trabalhadores, que ensine a nossas crianças a ler, escrever, a contar e resolver problemas partindo da realidade”.

Com a realização da primeira ocupação, em outubro de 1985, a demanda por Escola aumentou consideravelmente e, num barraco de lona, à sombra de uma jaqueira ou em casa do antigo latifúndio, abria-se lugar para o experimento de uma nova etapa conquistada pelos sujeitos Sem Terra, construindo dessa forma, “um novo jeito de caminhar” no processo da sonhada educação e suas contribuições para a Reforma Agrária (TIAGO de MELLO, 2010).

E nesse percurso o MST sistematiza a primeira experiência de educação em Assentamentos: “*Projeto de Escola Comunitária dos Assentamentos de Trabalhadores Rurais*”. Essa experiência desenvolvida, inicialmente, no Assentamento Córrego da Areia, em 1984, foi socializada com os novos Assentamentos que foram surgindo, como forma de manter a articulação e a unidade entre as escolas que possuíam uma realidade similar, já que eram resultantes de um processo de luta e organização das famílias sem terra.

No período de 1985/1990 havia, no estado do Espírito Santo, 13 (treze) escolas, atendendo às séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série). Com o avanço gradativo na conquista de áreas de Assentamentos, em 1997 ampliou-se também o número de escolas para 31 unidades. Em 2013, registra-se a existência de 26 (vinte e seis) escolas de Ensino Fundamental, sendo que 09 (nove) delas funcionam como unidades de Ensino Fundamental completo. As demais ofertam apenas as séries iniciais, e em 07 (sete) escolas há a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Existem – também – 17 (dezesete) turmas de Educação Infantil. Nessas escolas são atendidos 1.578 educandos/educandas, sendo 264 crianças de Educação Infantil, 808 das séries iniciais do Ensino Fundamental, 421 das séries finais e 95 da EJA.

Os esforços do Movimento prosseguem na batalha por outro projeto de campo, ancorado em um projeto alternativo de educação e de sociedade (ARAÚJO, 2010). Importa, nesse contexto, demarcarmos que o MST no ES tem como bandeiras de luta no âmbito educacional, a garantia do direito ao acesso e permanência a escolarização em todos os níveis, para os sujeitos do campo; aprovação das Diretrizes das Escolas de Assentamentos e Acampamentos MST/ES; consolidação da Escola Itinerante; criação de Centros Municipais de Educação Infantil e de Escolas de Ensino Médio; bem como o fortalecimento da EJA e de cursos de Graduação e Pós-

Graduação; melhorar a infraestrutura das escolas, na perspectiva de impulsionar a formação permanente dos sujeitos Sem Terra.

Nesse processo formativo, o Movimento vem evidenciando, desde sua gênese, que as ocupações de terra têm sido a principal estratégia dos camponeses/camponesas – que outrora foram expulsos do campo pelo latifúndio e/ou pelas grandes empresas multi e transnacionais – para retornar às suas raízes.

Dessa forma, o Movimento vem construindo uma maneira de organizar as atividades fundamentais para o seu desenvolvimento. Processos e mudanças são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais (GOHN, 1997). Nessa direção, os sujeitos Sem Terra socializam suas vivências, “[...] realidade determinadora, [...] espaço/tempo que estabelece uma cisão entre o latifúndio e o Assentamento, espaço de luta e resistência, fronteira entre o sonho e a realidade” (FERNANDES, 2000, p. 86).

4 Vivências da Pedagogia do Movimento em escolas de Assentamentos MST/ES

Nesse processo de formação dos sujeitos (em sua plenitude), é perceptível que “[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos [...]” (MÉSZÁROS, 2005, p. 65). Caldart (2011) ressalta que um dos grandes desafios do MST, no âmbito educacional é transformar sua Pedagogia em intencionalidade formativa, buscando transformar a visão de mundo e o modo de vida subordinada à lógica do capital, que ainda prevalece em áreas de Reforma Agrária.

Assim, essa Pedagogia em seu percurso formativo, tem como instrumento dos processos formativos dos sujeitos Sem Terra, as seguintes matrizes pedagógicas que contrapõem a essa lógica do sistema capitalista: *Pedagogia da Luta Social*, *Pedagogia da Organização Coletiva*, *Pedagogia da Terra*, *Pedagogia da Cultura e da História*. Nesse sentido, esses processos de formação se contituem a partir de uma “teoria pedagógica ligada a vida e a organização social das massas [...], que é marcada por tensões, conflitos e contradições próprios da formação cultural de uma sociedade pautada pela valorização do capital/coisas, e não das pessoas” (ARAÚJO, 2007, p. 97).

Tendo como pressupostos os princípios da educação do MST, notamos que é no próprio Movimento e na sua dinâmica de lutas, contradições, enfrentamentos, desafios e conquistas que se dá o processo formativo da identidade dos Sem Terra, que através de ações concretas se enraiza no coletivo, extraindo desse enraizamento lições que permitem o avanço e a solidificação da organização. No entanto, é fundamental que a escola seja um instrumento de

luta, mudanças, de combate aos projetos da elite; assim, recai sobre ela o compromisso de descortinar as ideologias dominantes que mascaram as desigualdades sociais e a dominação burguesa para manutenção da sociedade capitalista no sentido de colaborar com os processos de formação e emancipação humana.

4.1 Práticas Educativas da Pedagogia do Movimento

A partir da dimensão educativa abordada por Bogo (2008), Marx e Engels (1963) e Caldart (2004), podemos afirmar que o re-fazer pedagógico das escolas de Assentamentos, apresenta lições/experiências que apontam para a Pedagogia do Movimento, em movimento, ao conceber que “é ele [MST] o sujeito educativo principal do processo de formação dos sem terra [Sem Terra], no sentido de que por ele passam as diferentes vivências educativas de cada pessoa que o integra” (CALDART, 2004, p. 315). Dialogando com Caldart, Roberto Toshio Tsukahara, dirigente⁴ do MST enfatiza que:

A educação (projeto/proposta de educação do MST, quando em ambiente de Assentamento/Acampamento), tem a função de construir novas concepções de mundo, novas relações humanas, sociais, econômicas e políticas, portanto uma nova cultura, para a formação de pessoas, conscientes do papel ativo na promoção das mudanças na sociedade, protagonizando de forma organizada o processo de ruptura e mudança.

De acordo com o trabalho de pesquisa desenvolvido nas escolas de Assentamentos MST/ES, é possível constatar a partir da práxis dos sujeitos da pesquisa, com base nas observações de campo e no referencial teórico estudado, a consolidação das seguintes práticas: a) Plano de Estudo, b) Auto-organização, c) Mística e/ou formação, d) Trabalho de Pesquisa, e) Espaços/tempos Culturais, f) Práticas na Escola e Família, g) Mobilizações, h) Assembleia de Educandos/educandas, educadores/educadoras e Comunidade, que têm como eixo orientador, o Tema Gerador. Nas experiências vivenciadas, percebemos que as escolas se esforçam para exercitar – na prática – o Tema Gerador, pois ele procura orientar as etapas do Plano de Estudo, definindo assim os conteúdos que serão trabalhados, a metodologia e os processos de avaliação dos sujeitos envolvidos no coletivo da escola.

O Plano de Estudo (PE) tem sido a base da práxis pedagógica das escolas do MST. O PE segue uma sequência de atividades, como: a) levantamento de temáticas envolvendo a escola/comunidade; b) introdução do Tema Gerador; c) colocação em comum e produção de síntese; d) Pasta da Realidade; e) caderno de Planejamento e Reflexão; f) atividades vivenciais (visitas e vigens de estudo, oficinas, palestras, atividade de intervenção da realidade); g) atividade de retorno, dentre outras ações que são desenvolvidas a partir do Plano de Estudo.

⁴ Coordenador do Assentamento Olinda II, Pinheiros – ES.

Busca-se uma articulação entre os saberes populares e científicos, na perspectiva de conhecer, interpretar e contribuir com a transformação da realidade. “Uma educação unilateral, na qual se destacam as dimensões: organizativa, a formação políticoideológica, a técnico-profissional, formação do caráter e dos valores, cultura e estética e a formação afetiva” (TEIXEIRA, 2007, p. 62).

Diante da pesquisa de campo e dos diálogos estabelecidos com os sujeitos, detectamos que todas as escolas observadas desenvolvem o PE. Todavia, nem sempre as escolas conseguem alcançar os objetivos construídos, pois vivemos em uma sociedade extremamente capitalista e tem sido um grande desafio para o MST contestar seus mecanismos de controle, opressão e intervir na realidade.

4.2 Limites, desafios e contradições da Pedagogia do MST em movimento

Assim como a sociedade capitalista gera suas contradições, os sujeitos “feridos” pelo capital reagem e ou se organizam de diferentes maneiras. Dentre eles estão presentes os movimentos de lutas pelas questões sociais. Nesse contexto, o MST se apresenta como um movimento social de lutas históricas dos povos do campo; constitui-se um movimento social camponês que batalha por uma sociedade justa, sem explorados e exploradores. Para alcançar estes objetivos, o MST lança mão de muitas táticas de luta, dentre elas a educação escolar. No entanto, deparamo-nos com o seguinte questionamento: Se a escola tem cumprido a função de manter e reproduzir o sistema capitalista, não seria contraditório o Movimento Sem Terra lutar por ela?

Essa talvez seja uma das principais contradições que tem envolvido o Movimento ao definir, na sua pauta de luta, a defesa da escola pública para os sujeitos do campo. Nessa dinâmica, coloca-se para o MST o sentido da educação escolar, uma vez que a ideologia dominante, no seu papel de reprodução do sistema capitalista por meio da educação, é colocada em questão pelo Movimento ao confrontar sua defesa de educação como um dos caminhos da formação para emancipação humana.

A Proposta de Educação de escolas de Assentamentos do MST se fundamenta em princípios que se contrapõem à sociedade capitalista, faz críticas a essa sociedade e à educação burguesa, mas se encontra dentro das estruturas do Estado, estando assim, sujeita à sua regulação para a manutenção das relações sociais de produção existentes na atual sociedade. Dessa forma, na percepção do Movimento,

O Estado configura-se como um comitê para administrar os negócios coletivos da classe burguesa. E suas formas institucionais se valeriam essencialmente da coerção ou da repressão para exercer suas funções e exercer o domínio de classe burguesa sobre a classe trabalhadora (MST, 2012, p. 23).

Diante dos depoimentos fica claro que o poder público/Estado não terá interesse em investir recursos para fortalecer uma Proposta de Educação “[...] que esteja na contramão do grande capital, por isto é que a educação deve ser entendida como parte do projeto em construção e deve constar como elemento permanente na luta de classes” (BOGO, 2013, p. 26).

A partir da vivência nas escolas pesquisada é possível afirmar que no processo de formação desses sujeitos tanto no re-fazer político pedagógico nos espaços/tempos de luta do MST quanto na escola/Assentamento, no trabalho realizado nos coletivos de educadores/educadoras, nos cursos formais/não formais, encontros e mobilizações, ainda persistem práticas educativas que não observam os princípios da educação do MST, uma vez que nos deparamos com as seguintes situações:

a) Trabalho restrito na sala de aula, sem tecer articulações com a realidade geral; b) utilização da avaliação como mecanismo de punição, controle e opressão; c) práticas autoritárias sem o exercício da direção coletiva; d) carteiras ainda são organizadas tradicionalmente em fileiras; e) limite na formação do educador/educadora, que por vezes apresenta-se com dificuldade de compreender os conteúdos e metodologia adequada ao processo educativo; f) limites da participação coletiva dos sujeitos na escola. g) pouca pertença ao Movimento Sem Terra e à luta social.

Entendemos que essas situações são frutos da reprodução da organização social capitalista, onde parte dos educadores/educadoras ainda não conseguiu compreender/superar essas práticas.

Constatamos também que isso ocorre em detrimento da fragmentação do sistema escolar que visa favorecer aos interesses da classe dominante, buscando reproduzir a divisão social do trabalho e a lógica do mercado (SAVIANI e DUARTE, 2012). Além disso, os cursos que são ofertados pela maioria das universidades possuem uma formação precária e fragmentada, sem conteúdos clássicos, com uma base teórica que na maioria das vezes não atende as especificidades desses sujeitos; isso quando eles têm acesso a uma universidade.

Retomando a temática dessa pesquisa que enfatiza as vivências da Pedagogia do MST, algumas relações emergem das análises no que tange ao papel das famílias assentadas e sua compreensão da Proposta Educativa desenvolvida em áreas de Reforma Agrária MST/ES. A forma de organização e composição dos Assentamentos e as dificuldades encontradas para produzir num modelo de agricultura capitalista torna complexo o trabalho de militância e/ou de formação das famílias assentadas. Com isso, os sujeitos que trabalham em escolas de Assentamentos encontram dificuldades de colocar em

prática a Proposta de Educação do Movimento. Mesmo buscando contribuir com a formação das famílias assentadas, a escola não tem dado conta dessa tarefa – que é ao final uma tarefa do coletivo do MST. À luz dessa reflexão, Araujo (2007a) trata dessa questão evidenciando que

O papel da educação, nesse contexto de confronto e negação do capital deve ser a luta contra os fenômenos e tradições negativas herdadas da sociedade capitalista. Isto constitui premissa fundamental para a superação do capitalismo e construção de outra sociedade no seio do capitalismo. Portanto, a relação entre as ações educativas e os Assentamentos e Acampamentos precisa ser de mão dupla, a saber, ao mesmo tempo em que os processos educativos propiciam experiências de emancipação do capital, elas precisam atingir o Assentamento, que por sua vez também impulsiona as ações da escola no confronto com o capital num movimento circular (ARAUJO, 2007a, p. 315).

Nesse contexto de projetar a nova sociedade em detrimento da velha, o MST tem desenvolvido uma série de atividades educativas escolares e não escolares no sentido de fortalecer a luta. Gildete Rosa da Silva, uma das Coordenadoras do Setor de Educação MST/ES, reconhece o papel da escola no fortalecimento do Movimento Sem Terra e descreve algumas ideias que nos chamam a atenção:

A escola cumpre um papel muito importante no fortalecimento do MST quando mantém viva a chama da luta, projeta os lutadores e continuadores da organização, trabalha os valores, desenvolve práticas que desperta o amor a terra. Em relação à organicidade é fundamental a inserção dos educadores/educadoras, educandos/educandas nas instâncias e atividades do MST. A começar pelo Assentamento em que esses sujeitos residem.

Diante dos estudos, “fica claro que precisamos entender a sociedade capitalista para entender a escola, porque foi construída na dinâmica do capital e vivem todas as [suas] contradições porque o tal sistema está dentro e ao redor dela” (CAMINI, 2009, p. 92). O depoimento de Maria Zelinda Gusson é expressivo nesse sentido:

Na minha visão a escola é fundamental, pois ela tem o papel de ajudar organizar a comunidade, ajudar o educando ver o mundo de outra maneira, ver o mundo de verdade, ter uma visão de uma nova sociedade. Mas isso precisa começar na base com os pequenos e depois com as famílias. A escola não tem atendido todas as expectativas do MST, mas ela contribui muito,

porque hoje nós nos organizamos em nível de Brasil e muita coisa nos Assentamentos caiu [não existe mais], mas a escola continua refletindo, continua tendo propostas novas continuam buscando essa mudança. Penso que ela poderia ser até melhor [...] mas não é a situação da escola, do Assentamento, mas é a sociedade como está aí, o capitalismo que está aí, acabando com tudo.

Dada essa importância da educação/escola, o Movimento, a partir de teorias e experiências político pedagógicas já existentes, procura reconstruir uma escola que esteja pautada nos princípios da solidariedade, do trabalho coletivo, da auto-organização, da emancipação humana, do desenvolvimento omnilateral do ser humano. Uma escola voltada para a construção de um projeto de sociedade que aponta como horizonte a superação da concentração fundiária e da desigualdade social.

Considerações finais

Neste movimento de pesquisa, encontramos muitos desafios para chegarmos até aqui. Os caminhos trilhados nesta pesquisa foram longos, no entanto, percorremos trilhas importantes nesse movimento, pois muitos passos foram dados. No entanto, as observações e diálogos reflexivos com os sujeitos Sem Terra vêm sendo desbravados há vários anos, antes de iniciarmos o trabalho de pesquisa e sistematização desta dissertação.

A partir da análise dos dados é possível perceber que várias práticas educativas das escolas dialogam com a Pedagogia do MST, em movimento. Os dados da pesquisa indicam também que, a práxis educativa tem procurado experienciar ações da Pedagogia do Movimento, expressas no desenvolvimento da práxis, do Tema Gerador, na formação e mística, na auto-organização de educandos/educandas, educadores/educadoras; na reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico, na formação permanente dos sujeitos Sem Terra, no trabalho coletivo envolvendo a realização de mobilizações (Encontro dos Sem Terrinha, marchas, reuniões/negociações); na concretização de atividades que trabalham com vistas à formação humana, à valorização da cultura camponesa, do estudo/pesquisa, da arte, da agroecologia, de uma relação com a natureza, dos valores socialistas, do respeito à vida, tornando-os capazes de assumir sua autonomia, de autodecidir-se e estar simultaneamente mediando condições para a construção de uma sociedade digna de sua História.

Podemos afirmar ainda que o maior sentido que o Movimento atribui à escola é a sua contribuição no processo de formação e transformação dos sujeitos e da sociedade. Entendendo que, dialeticamente, a educação pode se configurar produtora de formações sociais distintas, assim, a educação no/do MST evidencia a luta de classes, da qual o Movimento também é parte.

Contudo, ao mesmo tempo em que o Movimento luta por escola como direito, como um espaço de formação e inserção social, ele luta para transformar a escola em um ambiente que possibilite contrapor propositivamente dentro do sistema capitalista e lutar pelos reais interesses dos trabalhadores/trabalhadoras. E para isso é imprescindível que os sujeitos da classe trabalhadora se apropriem também, de conhecimentos técnicos, científicos e clássicos, necessários para a uma atuação consciente nas discussões coletivas dos rumos da sociedade e das possibilidades de mudanças. O ideário do socialismo precisa ser retomado com urgência no imaginário social.

Um dos grandes desafios que persistem para os Sujeitos educadores e militantes do campo é realizar ações que possam buscar a garantia de que as *Diretrizes das Escolas de Assentamentos e Acampamentos MST/ES* sejam aprovadas pela SEDU e experienciadas na prática. Mas para isso acontecer é necessário que o Estado, além de consubstanciar um amparo legal às Diretrizes, via Resolução, construa escolas no/do campo, com equipamentos pedagógicos, bibliotecas laboratórios de informática, espaço de lazer, cultura etc.

A pesquisa revela que, mesmo em condições materiais adversas vivenciadas pelo MST, a prática educativa desenvolvida no/pelo Movimento, alimenta em seu re-fazer pedagógico um Projeto de Educação alternativo que lança sementes rumo a germinação de ramificações fecundas. E nesse fecundar brota a esperança de um povo novo, socializando frutos que indique a possibilidade de ousar, de ultrapassar limites, de superar desafios e vislumbrar valores e práxis de uma Pedagogia Socialista.

6 REFERÊNCIAS

ABBGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**; Tradução Benedetti, Ivone Castilho. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ARAUJO, M. N. R. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. Tese (Doutorado em Educação), Salvador. BA: UFBA, 2007.

_____. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A escola do campo em busca do campo para ser escola**. Bahia, 2013.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. O MST e a escola: concepção e matriz formativa. In: CALDART, Roseli Saete (org); **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASALI, D.; PIZETTA, A. J. A formação do campesinato e as mudanças recentes na agricultura capixaba, In: SOUZA, A. P.; PIZETTA, A. J. **A Reforma Agrária e o MST no ES: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade!** Vitória/ES: MST, 2005.

CAMINI, I. **Escola Etinerante: na fronteira de uma nova escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DALMAGRO, S. L. **A escola no contexto de lutas do MST**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), SP: USP, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREITAS, M. T. Materialismo histórico dialético: pontos e contrapontos. In: Caderno do ITERRA, nº 14. **II Seminário Nacional – O MST e a Pesquisa**. Rio Grande do Sul, 2007.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**, Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra. **Caderno de debates nº 1: Preparação para o VI Congresso Nacional - 2013**. São Paulo: 2012.

POCHMANN, M. **Educação e trabalho**: como desenvolver uma relação virtuosa? Campinas, vol. 25, 2004.

SCARIM, P. C. **Territorialidade em conflito na construção do espaço agrário capixaba: o desenvolvimento**. Tese de Doutorado. UFF: RJ, 2009.

SILVEIRA, M. L. S. O esforço metodológico presente no curso “Teorias sociais e produção de conhecimento” – pequena sistematização. In: Caderno do ITERRA, nº 14. **II Seminário Nacional – O MST e a Pesquisa**. Rio Grande do Sul, 2007.

STÉDILE, J. P.; **Questão Agrária**. In. CALDART, R. S. et al **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, L. M. A proposta educacional do MST: concepções e objetivos. In: TEIXEIRA, L. M.; SILVA, R. M. L.; FERNANDES, H. R. **Educação e sociedade**: compromisso com o humano. São Paulo: Edições Loyola, 2007.